



Anais da Assembléia

Nº 105

CURITIBA, QUINTA-FEIRA, EM 13 DE SETEMBRO DE 1979

ANO V

1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 9ª LEGISLATURA

ATA DA 99ª SESSÃO ORDINÁRIA

REALIZADA EM 13 DE SETEMBRO DE 1979

(QUINTA-FEIRA)

Presidência do Senhor Deputado Fabiano Braga Côrtes e secretariada pelos Senhores Deputados Domício Scaramella e José Tavares.

A hora regimental é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Fabiano Braga Côrtes, Tércio Albuquerque, Nelson Buffara, Basílio Zanusso, Domício Scaramella, Fuad Nacli, Tadeu Lúcio Machado, Adalberto Daros, Aguinaldo Pereira Lima, Airton Cordeiro, Antônio Facci, Augusto Carneiro, Carlos Zanlorenzi, Cyro Martins, Dácio Leonel, Darcy Deitos, David Cheriegate, David Federmann, Del Ciel, Deni Schwartz, Edilson Alencar, Egon Pudell, Erondy Silvério, Ezequias Losso, Fidelcino Tolentino, Fiori Luiz, Francisco Escorsin, Gabriel Manoel, Genote Kirinus, Gilberto Carvalho, João Elísio, João Mansur, José Domingos, José Domingos Scarpelini, José Tavares, Jurandir Messias, Lázaro Dumont, Leônidas Chaves, Lineu Turra, Luiz Alberto Oliveira, Mário Celso, Nilton Friedrich, Nestor Bápista, Nilso Squarezi, Palácios, Paulo Camargo, Pinto Dias, Quielse Crisóstomo, Renato Bernardi, Renato Bueno, Romero Filho, Rosário Pitelli, Trajano Bastos, Túlio Zanchet, Valduga, Waldyr Pugliesi, Werner Wanderer e Wilson Fortes (58).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE — (Fabiano Braga Côrtes) Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO — procede à leitura da ata da sessão anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO — procede à leitura do seguinte EXPEDIENTE:

Mensagens:

MENSAGEM 96/79

Curitiba, 03 de setembro de 1979.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, a inclusa cópia autêntica do termo aditivo datado de 30 de junho de 1979, ao Convênio nº 01/78, celebrado em 20 de dezembro de 1978, entre o Governo do Estado e o Município de CURITIBA, com interveniência da Secretaria de Estado do Planejamento, da Fundação de Assistência aos Municípios do Paraná - FAMEPAR, e da Coordenadoria da Região Metropolitana de Curitiba - COMEC, objetivando a aplicação de recursos financeiros da Cota Parte Estadual do Adicional do Imposto Único sobre Lubrificantes e Combustíveis Líquidos e Gasosos.

O interesse público na aprovação da medida ora submetida à apreciação dessa augusta Casa, está expresso no próprio texto do tratado.

Certo de que a solicitação formulada merecerá dessa colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de estima e consideração.

(a) NEY BRAGA — Governador do Estado

— Ao Departamento Legislativo.

MENSAGEM 97/79

Curitiba, 03 de setembro de 1979.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os

fins constitucionais, a inclusa cópia autêntica do Termo de Alteração Parcial, datado de 05 de julho de 1979, ao Convênio nº 12/76, celebrado em 05 de abril de 1976, entre o Departamento Nacional de Obras e Saneamento, o Governo do Estado do Paraná, a Secretaria de Estado do Interior e a Superintendência do Controle da Erosão no Paraná, para execução de projetos e obras integrantes do Programa Especial de Controle da Erosão do Solo no Noroeste do Paraná, visando a inclusão da Superintendência do Desenvolvimento da Região Sul - SUDESUL, como parte integrante do referido convênio.

O interesse público na aprovação da medida ora submetida à apreciação dessa augusta Casa, está expresso no próprio texto do tratado.

Certo de que a solicitação formulada merecerá dessa colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de estima e consideração.

(a) NEY BRAGA — Governador do Estado

— Ao Departamento Legislativo.

MENSAGEM 99/79

Curitiba, 10 de setembro de 1979.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, a inclusa cópia autêntica do termo de convênio celebrado em 07 de agosto próximo passado, entre o Governo do Estado do Paraná e o Município de CIDADE GAÚCHA, objetivando a execução, na sede do referido município, de obras destinadas ao combate da erosão previstas no Plano Anual de Trabalho de 1979, do PROGRAMA ESPECIAL DE CONTROLE DA EROSÃO DO SOLO URBANO NO NOROESTE DO PARANÁ.

O elevado interesse público na medida ora submetida a essa augusta Assembléia Legislativa está expresso no próprio texto do tratado.

Certo de que a proposição formulada merecerá dessa colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de estima e consideração.

(a) NEY BRAGA — Governador do Estado.

— Ao Departamento Legislativo.

MENSAGEM 100/79

Curitiba, 10 de setembro de 1979.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, a inclusa cópia autêntica do termo de convênio celebrado em 07 de agosto próximo passado, entre o Estado do Paraná e o Município de IGUAÇU, objetivando a execução, na sede do referido município, de obras destinadas ao combate da erosão previstas no Plano Anual de Trabalho de 1979, do PROGRAMA ESPECIAL DE CONTROLE DA EROSÃO DO SOLO URBANO NO NOROESTE DO PARANÁ.

O elevado interesse público na medida ora submetida a essa augusta Assembléia Legislativa, está expresso no próprio texto do tratado.

Certo de que a solicitação formulada merecerá dessa colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de estima e consideração.

(a) NEY BRAGA — Governador do Estado.

— Ao Departamento Legislativo.

MENSAGEM 101/79

Curitiba, 10 de setembro de 1.979.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, a inclusa cópia autêntica do termo de convênio celebrado em 07 de agosto próximo passado, entre o Estado do Paraná e o Município de ALTÔNIA, objetivando a execução, na sede do referido município, de obras destinadas ao combate da erosão previstas no Plano Anual de Trabalho de 1.979, do PROGRAMA ESPECIAL DE CONTROLE DA EROSAO DO SOLO URBANO NO NOROESTE DO PARANÁ.

O elevado interesse público na medida ora submetida a essa augusta Assembléia Legislativa, está expresso no próprio texto do tratado.

Certo de que a proposição formulada merecerá dessa colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de estima e consideração.

(a) NEY BRAGA — Governador do Estado

— Ao Departamento Legislativo.

Ofícios:

Sob o n.º 145/79, do Sr. Eládio Menolli, Presidente da Câmara Municipal de Astorga, encaminhando requerimento de autoria do nobre Vereador Sérgio Manoera, aprovado em plenário, que visa pleitear junto a quem de direito, uma maior participação dos municípios nas multas de trânsito lavradas em decorrência de infrações cometidas nos territórios de suas respectivas jurisdições. — **Ao conhecimento da Casa.**

Sob o n.º 75/79, da Associação dos Engenheiros Agrônomos do Paraná, encaminhando à apreciação desta Casa, algumas das principais sugestões apresentadas no encontro estadual de uso e conservação de solo. — **Ao conhecimento da Casa.**

Ofício firmado pelo Sr. Álvaro Noronha Ribeiro, enviando subsídios para o melhor aproveitamento do transporte ferroviário em nosso País. — **Ao conhecimento da Casa.**

Requerimentos:**REQUERIMENTO**

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições parlamentares, REQUER, após ouvido o Plenário, a consignação de um voto de pesar pelo falecimento do Dr. AGOSTINHO NETTO, Presidente de Angola.

Requer, ainda, que da decisão desta Casa, seja dado conhecimento à Embaixada de Angola, em Brasília.

Sala das Sessões, em 13 de setembro de 1.979.

(a) WALDYR PUGLIESI

JUSTIFICATIVA:

Médico, poeta, guerrilheiro, Chefe de Estado, libertador do povo angolano, Agostinho Netto, acabou de falecer.

Todo o continente e o movimento de libertação de todos os povos perdem com o desaparecimento da extraordinária figura do homem que restaurou a dignidade na antiga colônia portuguesa.

Conheceu o exílio. Foi preso várias vezes. Nem o desterro, nem as prisões, foram capazes de lhe aplacar o fervor de peleja em busca da emancipação nacional. A repressão, mais uma vez, só fez temperar com aço o caráter daquele que seria um dia o primeiro presidente angolano.

As idéias, os caminhos, mostrados por Agostinho Netto, certamente continuarão a ser seguidos e trilhados pelos angolanos, pois que levam a uma sociedade pluralista, livre do racismo, livre do neocolonialismo, liberta do imperialismo, no rumo do socialismo, que é o futuro para a humanidade.

Amigo do povo brasileiro, propugnador do estreitamento de relações culturais, sociais e políticas entre nossos países, Agostinho Netto merece ser reverenciado nesta hora por todos os democratas do mundo.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, e nos termos do Art. 126, do Regimento Interno, a anexação dos Projetos de Resolução n.ºs 64/79, 65/79, e 66/79, aos Projetos de Lei n.ºs 58/79, 54/79 e 57/79, respectivamente, por versarem sobre matérias análogas. (Autorização de plebiscitos para criação dos Municípios de São João do Ivaí, Vera Cruz do Oeste e Tupãssi).

Sala das Sessões, em 13 de setembro de 1979.

(a) GILBERTO CARVALHO

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições, REQUER, após ouvido o Plenário, o arquivamento do Projeto de Lei n.º 77/77, de sua autoria, que visa declarar de utilidade pública a Associação Hospitalar Bom Jesus, com sede na cidade de Rio Branco do Sul.

Sala das Sessões, em 13 de setembro de 1.979.

(a) QUIELSE CRISÓSTOMO

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, depois de ouvido o douto Plenário, que seja oficiado ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado da Educação e à Fundação Universidade Estadual de Londrina - FUEL, solicitando informações a respeito de critérios adotados pela aludida Universidade, para acolhimento de bolsas de estudo fornecidas por Parlamentares, bem como o dispositivo legal que os regula.

Sala das Sessões, em 13 de setembro de 1.979.

(a) JOSÉ TAVARES

JUSTIFICATIVA:

Os pedidos de bolsas de estudo têm sido muito frequentes, especialmente para a Universidade de Londrina.

Todavia, é-nos exigido para cada bolsa concedida, mais uma à Universidade.

Quer nos parecer que tal critério, a existir, constitui em flagrante injustiça, pois estaria a Universidade impondo sua vontade às prerrogativas do Parlamentar, que, em tese, teria o direito de dispor livremente de sua verba.

Por conseguinte, o presente pedido tem por finalidade obter informações exatas a respeito, para que possamos nos posicionar e sugerir as medidas que julgarmos convenientes.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER após ouvido o Plenário, o envio de ofício à PARANATUR, solicitando imediatas providências para dotar as praias de nosso litoral com as condições necessárias, destacando-se a higiene, sério problema encontrado todos os anos, já que temos um serviço de limpeza precário, bem como entendimento com os órgãos de fiscalização, no sentido de se coibir os abusos praticados em época de temporada. Também deve a PARANATUR, dentro do possível, procurar meios de melhor informar os turistas que se deslocam para as praias, bem como tentar criar melhores condições de lazer.

Sala das Sessões, em 13 de setembro de 1.979.

(a) NESTOR BAPTISTA

JUSTIFICATIVA:

Todos os anos, encontra o turista paranaense uma falta de limpeza, isto é, de higiene, assustadora em nosso litoral. Com isso, quem leva vantagem é o litoral catarinense, que

tirando proveito de erros aqui cometidos, provoca o deslocamento de um contingente muito grande de paranaenses para suas praias. Logo, trazendo um desgaste muito grande para nosso Estado.

Há tempo suficiente para que a PARANATUR provoque os melhoramentos que nossas praias e turistas exigem e necessitam.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER após ouvido o Plenário, envio de ofício ao INPS (Dr. Cleverson Marinho Teixeira - Superintendente), solicitando, dentro do possível, instalação de posto para atendimento de segurados em Porto Amazonas.

Sala das Sessões, em 13 de setembro de 1.979.

(a) NESTOR BAPTISTA

JUSTIFICATIVA:

Tal solicitação se prende ao fato de que segurados do INPS não têm atendimento no Hospital de Porto Amazonas.

Com isso, pessoas doentes, às vezes correndo risco de vida, têm que ser levadas para a cidade de Palmeira, onde se verifica o atendimento. Já em diversas oportunidades, senhoras grávidas passaram por sérios problemas até chegar em Palmeira, tudo porque não há credenciamento para a cidade de Porto Amazonas.

Trata-se, como se vê, de extrema necessidade, pois está em jogo a saúde de uma população de trabalhadores, no caso, em total abandono.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, REQUER após ouvido o Plenário, o envio de expediente ao Excelentíssimo Sr. Ministro dos Transportes, solicitando o empenho do mesmo no sentido de autorizar reparos no leito e no acostamento da Rodovia BR-376, no trecho que liga Apucarana a Curitiba.

Sala das Sessões, em 13 de setembro de 1.979.

(a) PINTO DIAS

JUSTIFICATIVA:

Conforme é do conhecimento dos ilustres membros dessa colenda Casa, a BR-376, trata-se de uma das mais importantes rodovias do Estado do Paraná, com um imenso tráfego, proporcionando incomensuráveis benefícios econômicos ao Estado.

A BR-376, além de ligar duas importantes regiões do Paraná, pelas suas características, torna-se também num importante corredor de exportação, carreando grande parte da produção que demanda do Sul de Mato Grosso para o Porto de Paranaguá.

Ocorre, entretanto, que a citada rodovia, principalmente no trecho compreendido entre Apucarana e Curitiba, encontra-se em péssimas condições, acarretando sérios problemas ao transporte. O seu leito e o seu acostamento não estão oferecendo as mínimas condições de segurança aos nossos motoristas.

Como se trata de assunto de interesse de todos, apelamos aos ilustres membros desta Casa, que apoiem a iniciativa que outro objetivo não tem a não ser o de conseguir mais esse precioso melhoramento para o nosso Estado.

Projetos de Lei:

PROJETO DE LEI Nº 131/79

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — Fica criado o Distrito Administrativo de FIGUEIRA, no Município de Curiúva, com sede na localidade do mesmo nome e divisas seguintes:

"Partindo da barra do Rio das Pedras no Rio Laranjinha, sobre por aquele rio até a barra do Ribeirão Areia Branca,

pelo qual segue até suas cabeceiras, donde em linha reta por uma linha seca, segue até as cabeceiras do Córrego Esperança, descendo por este e depois pelo Arrojo Taboão, ou Cachoeira, até sua barra no Ribeirão São Francisco, pelo qual desce até o Rio Laranjinha, e por este até a barra do Rio das Pedras".

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 13 de setembro de 1.979.

(a) GABRIEL MANOEL

JUSTIFICATIVA:

Figueira já é, nos dias atuais, uma realidade constatável, grandemente progressista. Tem na sua laboriosa e dinâmica população uma garantia de que o atual e elevado índice de desenvolvimento não apenas será mantido, mas sim acelerado.

Este projeto, portanto, é a primeira de uma série de medidas que podem e deverão ser tomadas para atender aos anseios e necessidades de Figueira.

Com isso, esperamos contar com o apoio dos nobres Pares com assento nesta Casa de Leis.

PROJETO DE LEI Nº 132/79

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — Fica declarada de utilidade pública a "FRATERNAL AJUDA CRISTÃ — F.A.C., com sede e foro na cidade de Londrina.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 13 de setembro de 1.979.

(a) DÁCIO LEONEL

JUSTIFICATIVA:

A entidade que ora se pretende declarar de utilidade pública, preenche todos os requisitos exigidos pela Legislação estadual, federal e pertinentes à matéria, e tem por objetivo suscitar, orientar e coordenar as atividades assistenciais, seus associados e instituições para estudo e solução de problemas da coletividade e de necessidades particulares de grupos, famílias e indivíduos, servindo de vínculo entre a boa vontade de uns e as necessidades de outros. Proporcionar a seus associados a necessária formação na caridade cristã, a fim de que os objetivos da sociedade possam ser plenamente atingidos.

Por essa razão, submetemos o presente plano de lei à consideração dos nobres Pares, esperando para o mesmo, seu apoio e aprovação.

O SR. PRESIDENTE — (Fabiano Braga Côrtes) Está finda a leitura do expediente.

Concedo a palavra ao Sr. Deputado Adalberto Daros, inscrito no Pequeno Expediente.

O SR. ADALBERTO DAROS — Sr. Presidente, Srs. Deputados. — (Lê):

"Movido pelo extremado ódio pessoal e acutilado por subalternos interesses, o ex-Governador Jayme Canet Júnior tentou reestruturar a Procuradoria Geral do Estado do Paraná.

Sancionada, porém, a Lei nº 7.074, criaram-se em torno dela debates e críticas intensas.

Como ponto capital, o ex-Procurador Geral, Léllis Antônio Corrêa, deixou de instalar o Conselho de Procuradores e, assim, fundamentado nas disposições transitórias desse estatuto, escolheu cento e vinte advogados (entre os quais, ele próprio), para comporem o Quadro Especial de Procuradores. Para alguns o critério foi o do merecimento, para outros porém, o critério foi o da proteção pessoal e política.

Com isso, mais de duas dezenas de antigos advogados do Estado, ficaram sem qualquer possibilidade de promoção, pois os cargos foram preenchidos de maneira pouco recomendável. E a tal ponto isto aconteceu, que Léllis Corrêa, então Procurador, para uma vaga de primeira classe, indicou o Dr. Dario

Marchesine e depois licenciou-se a fim de que o Sr. Dario assumisse as suas funções e o apontasse para a vaga deixada, repetindo, assim, o escândalo que, em certa época, marcou a função pública no Paraná.

Depois de tudo isso e graças às críticas que se desenvolveram, anunciou o atual Governador do Paraná que iria enviar Mensagem a esta Casa reformulando a Lei nº 7.074, pois, assim, inclusive, atenderia apelo dos Deputados do MDB e da ARENA, estes representados por apelo formulado pelo Deputado Erondy Silvério, na qualidade de Líder.

Decorrido, porém, algum tempo, o que se viu?

O que se viu e o que se vê, Srs. Deputados, é o atual Procurador do Estado, Professor Ivan Ondine Righi, enganado à imoralidade praticada pelo seu antecessor e a defender a legitimidade da lista organizada.

Diante disso, ficamos nós, os Deputados do MDB, a perguntar: o que estará havendo na área do oficialismo?

Enquanto o Líder do Governo apela no sentido de que a lei possa ser alterada; enquanto, nos bastidores, o próprio Governador Ney Braga se propõe a reestudar o assunto, o seu consultor jurídico, o Procurador Geral do Estado, falando em caráter oficial, anuncia que não haverá reestruturação alguma e lidera a legitimidade daquilo que todos condenam ou seja, a promoção de advogados apadrinhados em detrimento de antigos servidores.

Mais uma vez pergunto: o que está havendo? Será que a omissão do Governador do Estado para com os advogados ameaça gerar uma crise, ou seja a primeira crise no seu governo? Por quê o nobre Chefe do Poder Executivo não coloca já, agora, um parapeito nisso tudo, determinando a anulação da lista elaborada pelo anterior Procurador Geral do Estado e ordenando, ao mesmo tempo, que o atual ocupante desse cargo reexamine o assunto?

Recentemente, Srs. Deputados, quando o Tribunal de Justiça apreciava um recurso demandado de segurança interposto contra sentença que anulou aquela malsinada lista, o Procurador Geral do Estado, representando o Governo, compareceu pessoalmente àquela Corte, com o propósito de influenciar a decisão.

Afinal de contas, o Governador Ney Braga quer ou não quer arrumar a situação da Procuradoria Geral? Que espécie de galhofa é essa?

Não acreditamos que o Governo pretendesse pressionar, e atribuímos o evento a uma levianidade ocasional. Por isso, esperamos que, urgentemente, coloque-se um parapeito nisso tudo e para tanto sugerimos ao Chefe do Poder Executivo, que devolva ao Procurador Geral do Estado ou ao Secretário da Justiça a lista de classificados até que a lei seja revista, pois não é possível que se divida um dos mais altos órgãos da administração pública em lotes a fim de que uns sejam protegidos e outros fiquem a Deus dará". (Lê):

"Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, considerando o apelo formulado pelo ilustre Deputado Erondy Silvério, Líder do Governo e da ARENA neste Legislativo, no sentido de alterar a Lei nº 7074, que dispõe "sobre a Organização da Procuradoria Geral do Estado e dá outras providências", REQUER o envio de sugestão ao Sr. Governador do Estado, no sentido de devolver ao Procurador Geral do Estado ou ao Secretário da Justiça, a lista de classificados até que a Lei nº 7.074 seja revista.

Sala das Sessões, em 13 de setembro de 1979"

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — (Fabiano Braga Côrtes) Concedo a palavra ao nobre Deputado Fidélcio Tolentino, inscrito.

O SR. FIDELCIO TOLENTINO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Numa manchete de entrevista dada por Sua Excelência o

Governo do Estado, percebe-se, mais uma vez, não há disposição do Governo em conceder pelo menos um adiantamento na elevação dos vencimentos dos funcionários públicos do Estado.

E diz Sua Excelência: "não tenho condições de dar aumento, não tenho dinheiro; se tivesse, daria".

Mas, se o povo, se ao povo fosse dada a liberdade e a possibilidade de auferir um reajustamento nos seus salários, evidentemente que não haveria de recorrer ao Governo. E quem criou este estado de coisas em toda a Nação brasileira?

Foi este governo que aí está implantado há mais de 15 anos. Que não cabe ao funcionário público e nem aos trabalhadores brasileiros colocar e ajeitar situações, para sair deste impasse de miséria que já estão vivendo muitos dos servidores do Estado e do Brasil, e trabalhadores desse Brasil afora. E a justificativa é exatamente no sentido de não ter, não dispor o Tesouro do Estado, suficiência de recursos para atribuir a elevação de vencimentos.

Mas não é isso que se deduz da Coordenadoria de Assuntos Econômicos do Ministério da Fazenda, porque na "Gazeta do Povo" do dia 20 de maio de 79, já uma notícia de que o aumento de 95 por cento na arrecadação de ICM já se verificava no mês de março do corrente exercício.

E um dos Estados que mais elevou o entesouramento de impostos, foi o Estado do Paraná. E a alegação de Sua Excelência é de que houve seca e geadas. Entretanto, Sr. Presidente, se geada existiu, não foi de tal sorte comprometedora das finanças do Estado; a verdade é que não aparece que os cofres públicos comprometidos pelo Governo que deixou a administração, quando assumiu a Chefia do Estado, Sua Excelência o Sr. Ney Braga.

Entretanto, Sr. Presidente, o trigo superou as previsões, inclusive dos próprios organismos estatais, e hoje se estima uma produção superior a um milhão e 700 mil toneladas de trigo e soja que se dizia haver uma quebra, em torno de 30 por cento da sua colheita, a receita pela produção de soja ultrapassou também os limites dos estudos prévios feitos pelos organismos do Estado.

Não vejo por isso, Sr. Presidente, qualquer justificativa para que o Governo não conceda, imediatamente, uma elevação, uma majoração dos vencimentos dos funcionários públicos do Estado. Principalmente quando se postula, nesta Casa, a constituição ou a instituição de uma Secretaria de Comunicações, de FIDEPAR e de tantos par, para elevar, inclusive, as despesas do Tesouro do Estado.

Não se pode permitir, Sr. Presidente, que o funcionalismo público do Estado, pague com suas expensas, com o seu achatamento salarial, a constituição de organismos de promoção do Estado do Paraná e de quantos outros Estados neste País.

Ademais, greves estão eclodindo em todos os recantos; greves do trabalhador no Rio Grande do Sul, no Rio de Janeiro, São Paulo, Belo Horizonte, em todos os cantos deste País. Porque o Governo permite, concede elevação de salários dos trabalhadores, dos metalúrgicos, dos bancários, por que não concede ao funcionário público? Esta é a pergunta que fica, Sr. Presidente.

Onde vai então o dinheiro, se a arrecadação do Estado está aumentando? Inclusive, só para não ficar sem exemplo: em 1977, num pequeno distrito onde foi um dos mais sacrificados pelas geadas e secas, Cafelândia, do Município de Cascavel. A arrecadação de ICM, 77, 1 milhão, 955 milhões de cruzeiros; em 78, 3 milhões, 731 mil cruzeiros. Em 79, em seis meses, um bilhão, 14 milhões, 102,847 cruzeiros.

Não vejo justificativa nas formulações colocadas por Sua Excelência o Governador do Estado. Não é de pertinência do servidor e nem do trabalhador equacionar fórmulas para elevar o seu salário. Compete ao funcionário público e aos servidores desse Estado e de todos os Estados brasileiros, isto sim, através

de suas categorias, exigir dos governantes, principalmente em se tratando de governantes que não têm a legitimidade, para dar soluções aos problemas de todo o poder aquisitivo de seus servidores e seus empregados.

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — (Fabiano Braga Côrtes) Concedo a palavra, no Pequeno Expediente, ao nobre Deputado Nelson Buffara, inscrito.

O SR. NELSON BUFFARA — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Ontem, assistindo o "Jornal Nacional", tivemos uma surpresa das mais desagradáveis, que se tornou para nós uma profunda decepção.

Ao ser entrevistado por um repórter, o General Osiel Almeida, Presidente do CNP, que o inquiria sobre a possibilidade de vir a ser instalado no Paraná mais alguns postos de gasolina, como inicialmente, esta Casa pediu através do Sr. Presidente, o Deputado Fabiano Braga Côrtes, e posteriormente, se não me engano, o Deputado João Elízio Ferraz de Campos, e outros mais que se manifestaram com o mesmo propósito, com o mesmo sentido, tentando sensibilizar aquele General para que, nos locais de grande importância turística, como nosso litoral, e também nas cercanias de Ponta Grossa, as ruínas de Vila Velha, fomos duramente atingidos pelas afirmativas do General, que disse ao repórter lacônica e prussianicamente, como militar, que não quer responder a perguntas formuladas por um civil, que os postos que deveriam ser beneficiados já tinham sido divulgados nos jornais do dia de ontem pela manhã, como realmente o foram.

O repórter insistiu um pouco mais, perguntando se o Sr. Governador não havia feito solicitação idêntica. Ele disse que sim, que não foi feita, mas que não havia modificação a ser introduzida naquele esquema.

O repórter insistiu: Por que nos postos catarinenses Vossa Excelência permitiu, nos postos de Santa Catarina e nos postos de gasolina do Rio Grande do Sul? — Porque lá afluem turistas estrangeiros.

Pelo amor de Deus, Sr. Presidente, Srs. Deputados, são meia dúzia de gringos argentinos, paraguaios que para lá se deslocam às praias catarinenses, como se isso fosse pujante e tivesse significado, e pudesse o nosso litoral, Vila Velha, ficar à mercê, ficar esquecidos e o turismo perecer.

Sinceramente, como Deputado, protesto com a maior força do meu raciocínio, protesto com a maior violência das minhas palavras, contra esta aberração, contra esta injustiça proferida por este General, que não cansam de ser os donos do Brasil e não querem analisar certas coisas com profundidade; não querem ser sensíveis, não querem ser humanos.

Que se "lixe" o litoral do Paraná; que se "lixe" Parana-guá, as nossas praias; que se "lixe" Vila Velha. O que tinha de ser feito, já foi feito, disse ele, e "vá às favas o resto do mundo".

Meu protesto à maneira como ele interpretou, como ele procedeu, como ele agiu ontem, no "Jornal Nacional", inclusive não tendo o menor respeito com as nossas autoridades.

Meu protesto pessoal deste Deputado do MDB, que fala e responde pelo que fala.

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Concedo a palavra, no Pequeno Expediente, ao nobre Deputado Renato Bernardi, inscrito.

O SR. RENATO BERNARDI — Sr. Presidente, Srs. Deputados. — (Lê):

"A reformulação partidária poderia representar um índice de tão decantada democracia que a Nação inteira está exigindo.

A mudança de linguagem e roupagem do autoritarismo vigente há 15 anos no País, apenas significa uma concessão que o estado autoritário se vê obrigado a fazer, diante da pressão, cada vez maior, da sociedade civil.

Mudou, substancialmente, a imagem pública que a Presi-

dência da República apresenta à Nação.

Não mudaram os métodos e não mudou a aparelhagem autoritária do sistema.

O autoritarismo procura, como toda autocracia, a perpetuação no Poder, não importando a metodologia utilizada.

Fala-se muito, ultimamente, em democracia e abertura democrática.

Não mudaram os métodos. Eis que o calendário eleitoral, prevendo as eleições em 1.980, corre sério risco de não ser respeitado.

Os porta-vozes do regime vigente falam, abertamente, de democracia. Pesquisas de opinião pública são feitas, encomendadas a empresas especializadas. Quer-se dar a impressão, na tecnocracia triunfante, própria do autoritarismo, que tudo é feito recebendo o aval da Nação.

Poderia uma empresa especializada em levantamento de opinião pública substituir uma assembléia geral de um sindicato livre?

Poderia uma pesquisa de opinião pública substituir a dinâmica sadia de uma convenção partidária, preparando uma plataforma eleitoral de um partido realmente livre?

Poderia uma pesquisa de opinião pública substituir a sadia renovação ou a confirmação de uma linha de conduta, determinada por uma eleição universal e secreta, realmente livre e democrática?

O sufrágio universal é a única medida da Democracia.

O homem aspira à liberdade. A democracia é o grande instrumento.

Pressupõe requisitos básicos.

O autoritarismo vigente procura sobreviver: fala em reformulação partidária, mas se omite diante do instrumental básico da democracia, que são as eleições.

Pretende, em suma, desmantelar as oposições nacionais. Tenta a implosão do MDB, único canal legítimo e legal, das oposições políticas nacionais.

A reformulação que o sistema pretende, traz em seu bojo uma série de contradições.

Preconiza o fechamento do leque de alternativas, em seu setor, formando o partidão oficial. Institui-se o monopartidarismo, dentro de uma federação de posições que vão da extrema direita irracional e anacrônica até colocações de uma indescritível social democracia.

Paralelamente, usando uma maioria biônica, feita às custas do "pacote de abril", da Lei Falcão, do AI-5 e do autoritarismo, o regime pretende extinguir o MDB, retirando das oposições nacionais o seu canal de comunicação.

Fecha o leque em seu campo e quer escancarar-lo no das Oposições.

Deseja o plúripartidarismo nas Oposições, com todas as dificuldades em ser implantado um partido político, a nível nacional, em um país-continente.

Não mudaram os métodos. A lei do autoritarismo permanece: o oficialismo não pode perder e a Oposição não pode ser vitoriosa.

Mais do que nunca, é preciso que a Oposição continue unida. Um princípio básico deve manter unido o MDB: a volta do País ao estado pleno de direito. Todos sabem que o MDB abriga em seu seio, um amplo leque de alternativas e de posições. A democracia é o elemento catalizador do MDB.

Uma nação não se reencontra com a democracia sem eleições livres e sem organização popular.

O desmantelamento do aparelho repressivo que caracteriza todo autoritarismo deve ser preconizado, ao lado de uma anistia ampla, geral e irrestrita.

A anistia é requisito de conciliação nacional. Conciliação não se faz com palavras. É feita com atitudes.

A posição do General Figueiredo em estender as mãos não pode exigir abdicação de princípios.

A oposição exige atitudes. A primeira delas é o respeito pela sua sobrevivência e pelo direito de toda agremiação decidir, por si, o seu destino.

O MDB sobreviverá unido. Prega a unidade.

Unido, exige a convocação de uma Assembléia Nacional Constituinte, como único instrumento de conciliação e de retorno à Democracia.

Era só".

O SR. PRESIDENTE — (Fabiano Braga Côrtes) Concedo a palavra ao quarto orador inscrito para o Pequeno Expediente, Sr. Deputado Deni Schwartz.

O SR. DENI SCHWARTZ — Sr. Presidente, Srs. Deputados. Venho à tribuna para, em nome da Comissão ontem designada por esta Casa, dialogar e ouvir a explanação do General Oziel de Almeida, DD. Presidente do Conselho Nacional do Petróleo, prestar contas desta missão.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, solicitei aos Deputados Pinto Dias e João Mansur, que me permitissem vir à tribuna apenas para dizer e afirmar que faremos essa prestação de contas em nome desses Deputados, na próxima semana, pois pretendemos que assunto de suma importância como esse, deva ser colocado no horário da Liderança, ou se possível, no Grande Expediente, para que possa ser amplamente debatido, já que o assunto abordado pelo Gel. Oziel de Almeida, na Federação da Agricultura do Estado do Paraná, é de suma importância para o nosso Estado. Porque, quase que especificamente, tratou-se do fornecimento de óleo combustível para os secadores, para a safra deste ano e do ano que vem, quando pretende o Conselho Nacional do Petróleo, de uma vez por todas, não permitir mais o funcionamento em nosso Estado, de secadores movidos a óleo combustível.

Pretendemos, na próxima semana, com dados mais objetivos, trazermos ao debate desta Casa um assunto de alta importância para nossa economia.

Era só, Sr. Presidente. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — (Fabiano Braga Côrtes) Concedo a palavra ao último orador inscrito para o Pequeno Expediente, Sr. Deputado Gabriel Manoel.

O SR. GABRIEL MANOEL — Sr. Presidente, Srs. Deputados. Hoje estamos aqui, desta tribuna, para nos parabenizar com o sistema implantado pelo Governo, que isenta o pagamento do aval das Notas Promissórias Rurais aos colonos que, graças a Deus e a homens que fazem parte da estrutura deste Governo, Ney Braga, porque pudemos ver a liberdade e a liberalidade das promissórias em que o lavrador que tinha o seu aval nas mesmas, teve o seu aval isento de seus pagamentos.

Queremos também agradecer ao Cel. Mário Stadler de Souza, o homem que representa a agricultura do Brasil, no Estado do Paraná, pela sua declaração, onde diz que Canet, fora do Governo, ajuda o lavrador paranaense e o lavrador brasileiro.

São homens como Mário Stadler de Souza, homens do gabarito deste representante da agricultura paranaense e da agricultura brasileira, homens que, quando vêem fatos que muitas vezes ficam nos bastidores, o trazem a público, para que nós possamos "dar a César o que é de César", para que possamos dizer ao Paraná que o eminente ex-Governador Jayme Canet Júnior continua defendendo os interesses de nossa terra e de nossa gente, então homens como Mário Stadler de Souza é que merecem os nossos agradecimentos, eis que este ilustre homem defende a agricultura paranaense e vem, de público, por intermédio do jornal "Gazeta do povo", dizer que Canet, o ex-Governador de todos os paranaenses, homem indicado por Ney Braga, foi um homem fiel e o continua sendo aos princípios dos lavradores, fiel aos homens das mãos calosas por viverem puxando o rabicho do arado e o cabo da enxada; este homem, hoje, não é mais Governador, mas continua defendendo a lavoura paranaense e a lavoura brasileira.

Então, apenas e tão somente, desejo dizer ao Dr. Mário Stadler de Souza, o nosso muito obrigado e que o povo paranaense espera ansiosamente a sucessão de Ney Braga, este grande paranaense, na figura de Jayme Canet Júnior.

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — (Fabiano Braga Côrtes) Encerrado o Pequeno Expediente.

Concedo a palavra ao primeiro orador inscrito no Grande Expediente, Sr. Deputado Nilso Sguarezi.

O SR. NILSO SGUAREZI — Sr. Presidente, Srs. Deputados. (Lê): "Que a Nação brasileira caminha às tontas desnor-teada diante do confuso e desencontrado quadro administrativo, é fato indiscutível.

As tergiversações governamentais sucedem-se com frequência tal e rapidez tamanha, que embasacam até seus áulicos mais ardentes e fervorosos.

E, a nível de unidades componentes de uma República Federativa tal qual uma orquestra - regida por um maestro, o Paraná, de forma alguma seria a nota destoante na sinfonia JÁ ACABADA desta disritmia gerencial que silenciosamente é vaiada no palco desta capitania hereditária.

Desgraçado do pobre que mostrou sua panela, esperando vê-la cheia; corre o risco de perder até a panela.

Senhores Deputados. Enquanto se torna rotineira, enfadonha e infrutífera a busca de fórmulas mágicas para o alcance da anulação do caos social que ronda a Nação, em outras palavras, "para encher a panela do povo", o Palácio Iguaçu transformou-se recentemente em cozinha experimental para divulgação de comidas à base de soja, com sucedâneo da carne, produto tradicionalmente básico de sustentação alimentar do brasileiro, elemento imediato na feitura de uma refeição comum adicionada aos já tão caros feijão e arroz.

Considere-se que a fonte substitutiva e naturalmente alternativa da pesca, num país com os maiores rios do mundo e com o maior litoral oceânico deste Planeta, não encontra amparo oficial.

Ao pescador, afronta o medo do confisco de suas redes e varas. Quando não, a obrigatoriedade de entregar o fruto do seu labor a potentes frigoríficos que o revende a preços quadruplicados para o mercado, forçado pelas altas cargas tributárias, a centuplicar seu custo ao repassá-lo ao consumidor.

Ora, se o pescador não tem amparo, o que dizer do suinocultor? do pequeno e sofrido criador de porcos?

Ora, longe de se apresentar com fórmula mágica a carne de porco seria, incontestavelmente, também uma opção para melhorar a dieta do povo. Esta dieta tão minguada que se coloca muito aquém da mínima idealizada pela Organização Mundial da Saúde, necessária para a sustentação física de um ser humano.

É ainda o REGIME DITATORIAL determinado, além do JEJUM CONSTITUCIONAL, a ABSTINÊNCIA DIETÉTICA.

Recordemo-nos, de dias não longínquos, quando tais como esganiçados cães de fila, patrulhas "ernestianas" invadiram fundos de quintais e "chiqueiros", revivendo épocas bárbaras, ao fuzilarem milhares de porcos e incinerando toneladas de carne.

A "maldição" da peste suína, abortada nas provetas dos franskerianos laboratórios do Poder, foi o esfarrapado engodo para justificar a chacina de famílias inteiras, pois se lhes tiraram o que comer e com o que sobreviver, lhes tiraram seus próprios meios de vida.

Massacraram-se nos moldes de Hitler, os indefesos suinocultores, heroicamente apegados à árdua tarefa de um mercado substancial, acossados e explorados que são, pelos poderosos grupos dominantes do setor, dos quais muitos ostentam marcas internacionais.

Paralelamente, o protecionismo oficial às grandes potências da pecuária, vale dizer o latifúndio, assoberbou-se de

formas incomensurável. Prova disso, são as tabelas exibidas pelos açougues e mercados, modificadas constantemente, apresentando os preços já abusivos, extorsivos, proibitivos e sempre crescentes da carne.

Aliás, recentes estatísticas demonstram substancial decréscimo no consumo de carne, o que comprovamos pessoalmente, em diálogo que mantivemos com diversos açougueiros.

Em suma, a cada dia que passa, a carne mais e mais se ausenta da mesa do brasileiro.

O que antes fazia parte do trivial, hoje é artigo de luxo e sua presença é festejada tal e qual o recebimento de um presente por muito tempo ansiado.

Triste realidade.

Medonho fruto da incapacidade administrativa.

Inegável prova de insensibilidade, e do fracasso daquilo que teimam em chamar de revolução redentora.

Revolução para assegurar os privilégios das minorias, dos grandes proprietários?

Revolução para acabar de vez com os pequenos e aumentar a penúria dos humildes; revolução para multiplicar a fome e a pobreza?

É a consequência fatal da política entreguista de péssimos brasileiros.

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

É a decantação do óbvio que salta à vista de qualquer cego que queira enxergar, que os governos ditos revolucionários, preocupam-se exclusivamente com a classe dominante e jamais com o povo. Este perdeu tudo, desde o direito de escolher o governo até o de aspirar o futuro.

Trazemos agora, para apreciação não só da inteligência, como também da consciência dos membros desta Assembléia Parlamentar do Estado, mais uma denúncia.

GRAVE DENÚNCIA.

É a justificativa do pedido de informações ora apresentado.

Inicialmente afirmamos ser ponto pacífico a falta de sintonia e a total desinformação quanto aos problemas brasileiros, nas esferas dirigentes.

Aí está - de um lado, o Governo Federal que se arvora em defensor da privatização da economia nacional, como fórmula para obtenção do ansiado equilíbrio financeiro.

Na prática, a teoria se modifica.

Tornou-se useiro e vezeiro, a edição de atos emanados por órgãos estatais, frontalmente contrários aos direitos legais de empresas privadas e devidamente estabelecidas.

É vergonhoso o fato de que a emissão de um simples ofício-circular, firmado por um núcleo regional de uma determinada Secretaria de Estado, encaminhando resolução da mesma Pasta, contendo cinco linhas, obrigue o destinatário a uma cega obediência aos seus ditames, negando-lhe em uma única linha, o direito de consulta.

Refiro-me a uma certa ordem exarada pelo Núcleo Regional da Secretaria da Agricultura, sediada na Cidade de Paranavaí. Ela é determinativa e abusiva.

Despótica e autoritária.

Seu cunho é de extrema nitidez fascista.

Cai como um raio ferindo os mais elementares direitos de um comerciante legalmente estabelecido e que vive às voltas com terrível e pesada carga de tributos. Esmaga quem exerce o direito de trabalhar, desconhecendo que, dos parcos rendimentos obtidos na comercialização de produtos essenciais ao aprimoramento dos rebanhos bovinos, vale-se o cidadão para proporcionar o sustento de uma família inteira, repassando ainda, elevados impostos aos cofres de seu município, de seu Estado e de seu País.

Na verdade, este País é sério, pois sérios são seus problemas, embora os homens que o dirigem não o sejam.

São jocosos, risinhos e ridículos.

Riem-se não se sabe de que, por muito que lhes seja perguntado.

Explicamos: o médico-veterinário Chefe do Departamento de Fiscalização do Núcleo Regional de Paranavaí da Secretaria da Agricultura, encaminhou circular de número 01/79 aos comerciantes revendedores de vacinas contra febre aftosa e brucelose, acompanhando a resolução secreta-rial número 47/79, "que visa o direcionamento de vacinas no Estado".

De forma contundente e ultimativa, o segundo parágrafo desta circular diz, em duas únicas linhas: "O mesmo deverá ser cumprido em sua íntegra, não cabendo consulta de solicitação ao Núcleo Regional", isto é, ao expedidor, numa conotação estratégica isenção de responsabilidade.

Pois sim, a Resolução número 47/79 emanada pela Secretaria da Agricultura, firmada pelo improvisado Secretário da Agricultura, o burocrático Reinhold Stephanes, após aventar suas "prerrogativas", alinhou: "considerando que no corrente ano, o Ministério da Agricultura intensificou a fiscalização da qualidade de vacinas contra febre aftosa; considerando que esta fiscalização intensiva impediu a liberação de grande parte das vacinas produzidas, motivando a falta do produto para atender a demanda integral do rebanho bovino do País; considerando que para disciplinar a distribuição das vacinas pelos laboratórios, no território nacional, o Ministério da Agricultura efetuou o direcionamento quantitativo para os vários Estados; considerando que para o Paraná a quantia direcionada será suficiente para atender apenas setenta e cinco por cento do rebanho; considerando que a Secretaria de Estado é o órgão delegado do Ministério da Agricultura para execução da Campanha contra a febre aftosa no território Estadual cabendo-lhe, via de consequência, o direcionamento das vacinas a nível de Estado, RESOLVE:

Art. 1.º) — determinar que toda casa credenciada para a revenda de vacinas contra a febre aftosa, atenda o direcionamento estabelecido pelo Serviço de Defesa Sanitária do Estado. Bem, o artigo segundo é o já conhecido como intimidatório e irrecorrível: "o revendedor que não atender o disposto no artigo anterior, será descredenciado, ficando impedido de comercializar vacinas contra a febre aftosa, até ulterior deliberação ... (isto é - até quando se bem entender).

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

A denúncia que tenho em mãos, soa como basilar constatação do desentrosamento geral que reina em todas as áreas governamentais.

Eis que, por seu lado, o Governo Federal apregoa o fortalecimento das pequenas empresas para o fortalecimento do mercado interno, no Paraná, atendendo a excusos interesses, desconhecem-se quais, repentinamente, por força de uma única, insólita, espúria e despótica resolução, a comercialização de um produto é repassado, de maneira inexplicável, como o são todos os atos excepcionais, ao controle de uma companhia mista.

Eis que, os comerciantes de produtos destinados à agropecuária sediados na região do Noroeste do Estado, onde se concentra o maior percentual do rebanho bovino do Estado do Paraná, repentinamente vêm-se às voltas com um imbatível e todo-poderoso concorrente - a CAFÉ DO PARANÁ.

Novamente esta empresa volta ao cenário econômico do Estado, como agente de descapitalização do pequeno comércio, fugindo, aliás, das linhas específicas de sua constituição.

Conclui-se, pesarosamente, que, tão somente pela destinação de quantia de vacinas suficiente apenas para a imunização de setenta e cinco por cento do total do rebanho bovino paranaense, é negro o futuro da pecuária do Estado.

Tal previsão, é agravada pelo fato novo, pelo qual a dis-

tribuição das vacinas, foi entregue ao monopólio comercial de uma empresa estatal, cuja estrutura, nem de longe foi imaginada para a realização de tal mister.

Atentem os senhores que os estoques existentes estão armazenados nos poucos postos da empresa distribuídos em diminuto número de municípios do Estado, chegando ao cúmulo de ser utilizado, como "depósito provisório", as instalações de uma cafeteria na Cidade de Colorado.

Em decorrência, também a validade das vacinas deve ser questionada, ainda mais quando se sabe que as mesmas são "mascateadas" em veículos tipo Kombi, acondicionadas em caixas de "isopores", o que, comprovadamente, não lhes assegura a temperatura necessária para o resguardo de suas eficácias.

Reafirmamos então: é negro o futuro da pecuária paranaense. A febre aftosa e a brucelose não são criações fantasmagóricas do Poder Central, tal qual o é a "peste suína". São tristes realidades que assombram os pecuaristas paranaenses que não encontram em seu Governo, a coragem suficiente para o encetamento de uma criteriosa e eficiente campanha para eliminação radical desses males, responsáveis pelo enfraquecimento quantitativo e qualitativo da bovinocultura.

Para concluir, Senhor Presidente, Senhores Deputados, enfatizamos que inexplicável e absurda intromissão da Companhia de Fomento Econômico do Paraná - CAFE — no comércio de vacinas, deixou perplexos, atarantados e revoltados os revendedores legalmente estabelecidos.

Também os criadores - estes os mais prejudicados - perguntam-se como proceder para evitar a disseminação da febre aftosa e brucelose em seus rebanhos.

Num enfoque geral, todos os setores sentirão as danosas consequências causadas por esta condenável atitude.

Todos foram prejudicados: criadores, rebanhos, comerciantes. Os reflexos serão sentidos pelos consumidores.

Alguém foi, está sendo ou será beneficiado.

QUEM? COMO? POR QUE?

Sabe-se que para o revendedor, tal resolução é como o golpe de misericórdia. Ele, que além dos pesados tributos normais, ainda arca com o pagamento de taxas para comercialização de produtos biológicos, taxas para um tal de Conselho de Medicina Veterinária, sofre agora com a concorrência desleal e desumana de uma entidade oficial.

EITA BRASIL! covil esplêndido de lesadores da economia e da fé de seu Povo."

Por isso, Sr. Presidente, Srs. Deputados, achei por bem trazer esta denúncia à Casa, principalmente na hora em que um salário mínimo não é suficiente para comprar quinze quilos de carne; porque hoje a cifra astronômica de duzentos cruzeiros o quilo da carne, estão a indagar se realmente aquilo que nós dizíamos ontem desta tribuna; se realmente foi uma revolução popular que ocorreu em 1.964 neste País? Ou se foi um golpe de Estado, exclusivamente para preservar os interesses e os privilégios das classes dominantes deste País. Porque na medida em que a carne atinge duzentos cruzeiros o quilo num açougue; na medida em que o preço do boi vivo é de hum mil cruzeiros a arroba; o que vale dizer de que uma cabeça de gado vale hoje, de quinze a vinte mil cruzeiros.

Senhor Presidente, Srs. Deputados. Em 1.964, com um salário, era e se comprava um boi; hoje, com um salário mínimo não se compra dez quilos de carne. Então, vem a indagação, de que este Governo está efetivamente comprometido com as classes dominantes. Porque, Sr. Presidente, se recordarmos há alguns meses atrás, quando este próprio Paraná assistiu nos jornais, de que numa tentativa do Ministério da Fazenda, se confiscaria o gado, e apareceram as listas dos proprietários de gado. E estas listas os jornais conheceram e não há necessidade de recordar os nomes dos

grandes proprietários, dos latifundiários deste Estado e do Brasil inteiro; cujo gado, diga-se a bem da verdade, não chegou a ser expropriado, não chegou a ser confiscado, porque, lamentavelmente, os bem intencionados que estão dentro do Governo, são uma minoria. E agora, quando se levanta o Brasil, se comove a população, o Presidente vai na feira, para ver o preço do tomate, do chuchu e da betetabraba. E inexplicavelmente a carne chega a duzentos cruzeiros o quilo?

Sr. Presidente, Srs. Deputados, assistimos e verificamos realmente que não se pode acreditar nos homens que estão no poder, porque todos os seus esforços são no sentido de manter os privilégios das classes dominantes.

Por isso, Sr. Presidente, estas classes dominantes agem em todos os setores; e até numa Secretaria de Estado da Agricultura; através dos seus burocratas, expedem portarias como esta que acabei de descrever. Portarias até fascistas e que impedem até a comercialização de uma simples vacina. Porque esta vacina vai ter uma fundamental importância, para depois as classes dominantes poderem justificar o preço do gado. A alta que o gado teve hoje, alegam os homens que estão no poder, a justificar o preço do aumento do gado, porque não tem mais gado. Porque há alguns anos atrás, os criadores foram obrigados até a vender as matrizes.

Mas, Sr. Presidente, Srs. Deputados, aonde está o gado?

Aqueles rebanhos que foram comprados para serem engordados, e o pique que a carne assumiu agora?

Vá se investigar para ver na mão de quem estão. Não são dos homens que têm quatrocentas ou quinhentas cabeças de gado, mas são dos que têm milhares de cabeças. É um grupo Sílvia Santos, é uma Volkswagen, que hoje está lutando na pecuária com grandes empresas, com cem, cento e cinquenta mil cabeças de gado.

Os lucros fabulosos que estão tendo, não são dos fazendeiros magrinhos, que têm quatrocentas ou quinhentas cabeças de gado. Estes apenas justificam a jogada dos privilégios, dos detentores, dos aglomerados bancários, porque têm grandes fazendas, principalmente nos Estados do Norte, em Mato Grosso e Goiás.

Então, Sr. Presidente, realmente há que se ter descrédito da atual situação.

Pode-se alegar tudo, mas menos que se caia esta farsa, esta mística, de que 1.964 foi uma revolução popular. Pode ter sido revolução, mas não popular, porque o povo não participa dela. O povo está sendo o grande laboratório das experiências que um grupo de burocratas e tecnocratas vêm fazendo neste País.

Porisso, fica aqui o nosso protesto, porque podem enganar alguns, mas não os homens que haverão de contrariar este Governo, quer do MDB, quer nesta lei abusiva que vem destruir a Oposição; não haverão de enganar o grosso da população, porque ela já está consciente de que a panela ela não vai mais encher.

Hoje, a luta do pobre é para manter a panela, Sr. Presidente.

Muito obrigado.— (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — A Mesa consulta à Liderança do MDB se deseja fazer uso do seu horário.

(Faralá o Deputado Fiori Luiz)

O SR. PRESIDENTE — Concedo a palavra ao nobre Deputado Fiori Luiz.

O SR. FIORI LUIZ — Sr. Presidente e nobres Srs. Deputados.

(Lê): "É público e notório o descontentamento das classes assalariadas. É evidente que o descontentamento é fruto de algum prejuízo. O povo brasileiro está às voltas com prejuízos enormes pelos constantes aumentos do custo de vida. Os aumentos concedidos aos operários estão aquém dos índices inflacionários; os do funcionário público muito aquém dos percentuais de aumento do salário mínimo, mesmo se levarmos

em conta os índices inflacionários fornecidos pelo próprio governo. A maior prova do descontentamento das classes assalariadas são as greves que se alastram por esse Brasil afora nos últimos meses.

A greve é uma forma de libertação; a greve é a fuga da escravidão; a greve é o grito do "basta" à submissão e à subserviência. Por isso que muitas classes enfrentaram e enfrentam greves, e como exemplo, podemos enumerar várias: a dos sindicatos; a dos metalúrgicos; a dos professores, etc. Foram longos demais os quinze anos de uma democracia fingida, hipócrita e perversa.

Quais foram os resultados positivos que a "revolução de 1.964 trouxe à Nação? Muitos, contagiados pela falsa "democracia", respondem tranqüilamente que foram vários, mas porque conviveram com a mentira, com o desrespeito à dignidade humana e com a estupidez da força. Perderam o senso da honestidade e da justiça.

Nós, da Oposição, que sempre protestamos, responderemos com duas indagações, que ficarão para aqueles que ainda têm consciência, reflexão, que são: Por que o governo vai acabar com o bipartidarismo? Segunda: Qual é a causa número um das greves? Quando à 1a. indagação, sabemos que os inescrupulosos irão polemizar; mas quanto à 2a., resta a força e a exatidão matemática.

A princípio todos aceitam que o funcionalismo público teve um achatamento salarial.

Todavia, poucos tiveram paciência em fazer cálculos. Certos estão os professores que através das duas Entidades de classe - a APP e a APLP, estão demonstrando ao povo, por meio da Página da Educação do dia 4 deste mês, e a todos os professores do Paraná, por meio de equipes que estão percorrendo as escolas, para que sintam, vejam e se mobilizem, a fim de exigir um piso salarial, tentando assim recuperar parte do muito que perderam.

Estranhamos, neste momento, que a Associação dos Servidores Públicos do Paraná não tenha aderido à campanha da APP e da APLP em favor dos demais funcionários públicos do Paraná.

Pelo estudo feito pelas duas entidades, nota-se que a professora que atua da 1a. à 4a. séries do 1.º grau estaria recebendo, hoje, uma média de Cr\$ 7.000,00 se tivesse tido os mesmos aumentos do salário mínimo e dos índices inflacionários; e o professor de 5a. à 8a. séries do 1.º grau e o do 1.º ao 3.º ano do 2.º grau, uma média de Cr\$ 24.000,00. No entanto, a primeira percebe hoje, Cr\$ 3.574,00 mensais, com Cr\$ 2.500,00 de achatamento; o 2.º recebe Cr\$ 9.920,00 mensais, com Cr\$ 14.000,00 mensais de achatamento. Portanto, com o achatamento salarial de três professoras do antio primário, paga-se mais uma professora; e uma professora de 5a. à 8a. série e do 2.º grau, financia 1,5 (um e meio) professor da mesma categoria.

Há dias o presidente da APP, professor Izaías Ogliari, numa entrevista ao canal 12, disse que os maiores financiadores da educação são os próprios professores. Essa assertiva, a princípio causou um impacto, mas realmente o representante da classe vem, agora, com dados matemáticos e prova documentadamente com clareza o que afirmara. Está de parabéns o professor Izaías, que não aceita qualquer argumentação e foi feliz ao propor uma campanha salarial para a classe. Agora, os professores perceberão o quanto foram roubados pelos "grandes homens" da revolução de 64, ou melhor dizendo, do golpe militar de 64. A tabela do achatamento salarial elaborada pela APP e APLP nos dá, também, uma base do achatamento de todos os funcionários públicos. Vejam os níveis 16, 17, 18, 19, 26, 27 e 28 o quanto recebem hoje e o quanto estão perdendo pelos cálculos feitos, baseados nos percentuais do salário mínimo e dos índices inflacionários fornecidos pelo governo.

É lamentável tal situação. É preciso que se façam as correções necessárias.

Mas o governo não pensa na real justiça, vem com mais um achatamento propondo a criação de um Quadro Especial. Isto porque, com o engodo de uma estabilidade forçada, joga os sacrificados professores suplementaristas num Quadro Especial do Quadro Único do Poder Executivo. Sabem por que? Porque o professor de Licenciatura Plena, com vinte e duas aulas semanais, irá receber, exatamente Cr\$ 7.190,00 e não Cr\$ 7.920,00 como os demais do Quadro Próprio do Magistério. Mais um roubo de Cr\$ 2.730,00 mensais. Agora, ao invés de um professor financiar 1,5 (um e meio) da mesma categoria, passará a financiar DOIS E UM QUARTO professores de sua mesma categoria.

O assunto realmente é sério. E esta Casa não pode permitir tal injustiça, tapeação ou engodo vergonhosos. Nem cabe mais reflexão e sim a rejeição do projeto do Governo e aprovação do substitutivo que o MDB irá apresentar."

O SR. PRESIDENTE (**Fabiano Braga Côrtes**) — No horário reservado à ARENA, concedo a palavra ao Sr. Deputado Túlio Zanchet.

O SR. TÚLIO ZANCHET — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

(**Le**): "Ocupamos hoje esta tribuna para, dentro de um enfoque global, solicitar providências, no sentido de que seja normalizado o abastecimento de milho no Paraná, em particular em sua região Sudoeste, problema este que tem reflexos severos no setor avícola e suínico de nosso Estado, afetando, repetimos, de maneira global, em termos de abastecimento, aceleração do progresso inflacionário e maior dinâmica com relação à desburocratização do crédito agrícola.

Neste ano, Senhor Presidente, Senhores Deputados, o vizinho Estado do Rio Grande do Sul enfrentou problemas de produção de milho, particularmente em razão de problemas de ordem climática. Em consequência, os consumidores gaúchos tiveram que se abastecer, em parte, em nosso Estado, que, apesar de apresentar também quebra de produção, colheu o que seria, em condições normais, o suficiente para o abastecimento do mercado interno de nosso Estado.

Em razão, portanto, do envio de certa quantidade da safra de milho do Paraná para o abastecimento de outras regiões particularmente, como já citamos, Rio Grande do Sul e mesmo Santa Catarina, a escassez do produto começou logo a ser sentida e hoje já atinge níveis que justificam a apreensão e o alarme de alguns segmentos de nossa economia.

Note-se, também, que a algum tempo, a saca de milho era comercializada na base de Cr\$ 130,00. Entretanto, a ação das grandes multinacionais, fez com que o restante da produção paranaense de milho praticamente desaparecesse do mercado, acarretando uma situação realmente insustentável para o pequeno e médio consumidor do citado cereal.

Toda esta conjuntura, motivou um verdadeiro desespero nos preços do milho no mercado interno de nosso Estado, elevando a saca de sessenta quilos a preços até superiores a Cr\$ 200,00. Nota-se, portanto, que, além da escassez, em grande parte forçada por aquisições maciças por poderosos intermediários e, mesmo pela venda de parcelas de nossa produção a outros consumidores fora de nosso Estado, está havendo, também, especulação com o produto.

E esta especulação injusta, foi provocada, principalmente, pela demora da liberação de recursos por parte do Banco do Brasil, para que os produtores de suínos e aves pudessem adquirir estoques de milho, quando os preços ainda estavam na casa dos Cr\$ 130,00 e não mais Cr\$ 200,00 como na atualidade.

Nem seria preciso salientar, mas aqui o fazemos neste momento, a gritante injustiça que se pratica contra o pequeno e o médio produtor de aves e suínos. Desnecessário se faz, também, lembrar que esta situação conjuntural fatalmente

irá acelerar o processo inflacionário, pois os produtores, pagando muito mais pela ração, obviamente terão que cobrar mais pelo produto final. Estes erros de previsão governamental fatalmente desembocarão num preço bem mais elevado a nível de consumidor, desestimulando o produtor e pressionando os já alarmantes níveis inflacionários.

Para que o mercado do milho volte ao equilíbrio em nosso Estado, urgente se faz, medidas de ordem administrativa no âmbito federal. Encarecemos gestões junto à CFP no sentido de que sejam destinadas duzentas mil toneladas ao Paraná, do total das importações de milho efetuadas pelo Governo Federal. Esta medida, desde que tomada agora, normalizaria, pelo menos temporariamente, o mercado de milho em nosso Estado, beneficiando produtores e consumidores de produtos avícolas e suínícolas.

Da mesma forma, solicitamos, que doravante, o Banco do Brasil libere, de forma mais rápida o crédito aos pequenos produtores, para que não se repita, outras vezes, problemas de abastecimento que prejudicam a muitos e beneficiam uma minoria, sabidamente já privilegiada.

Esperamos, portanto, as medidas cabíveis por parte do CFP e Banco do Brasil, que, indo ao encontro dos legítimos interesses do Paraná e particularmente do Sudoeste do Estado, beneficiará, como um todo, o povo e governo, que devem, segundo apelos de nossas próprias autoridades, estar engajados na luta contra a especulação e a inflação.

Era o que tínhamos a dizer, sobretudo, reivindicar de nossas autoridades responsáveis pelo setor agropecuário e de abastecimento."

O SR. PRESIDENTE (**Fabiano Braga Côrtes**) — Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 58 Srs. Deputados.

Sobre a mesa, projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Gabriel Manoel, constante do expediente. Necessita de apoio. — **Apoiado.** — Ao Departamento Legislativo.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Dácio Leonel, constante do expediente. Necessita de apoio. — **Apoiado.** — Ao Departamento Legislativo.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

EM VOTAÇÃO

3a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 90/79 - de autoria do Deputado **FABIANO BRAGA CÔRTE**S, que declara de utilidade pública a "CRECHE ANJO DA GUARDA", com sede e foro na Cidade de Campo Largo. Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. — **Aprovado.**

EM VOTAÇÃO

3a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 93/79 - de autoria do PODER EXECUTIVO, (Mens. Govern. n.º 68/79), que autoriza transferir à Telecomunicações do Paraná S/A — TELEPAR —, lote de terreno de propriedade do Estado, situado na planta urbana do Município de Itapejara do Oeste. Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. — **Aprovado.**

EM VOTAÇÃO

3a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 99/79 - de autoria do Deputado **ERONDY SILVÉRIO**, que declara de utilidade pública a "AÇÃO SOCIAL SÃO JOÃO BATISTA", de Lontração, Município de Imbituva. Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. — **Aprovado.**

EM VOTAÇÃO

2a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 203/78 - de autoria

do Deputado **FIDELCINO TOLENTINO** e **ACCIOLY NETO**, que eleva para 21 (vinte e um) o número de vereadores da Câmara Municipal de Cascavel (anexo Projeto de Lei n.º 78/79, do Deputado Renato Bueno, com o mesmo objetivo). Parecer FAVORÁVEL e SUBSTITUTIVO da C.C.J., por unanimidade. — EM REGIME DE URGÊNCIA. — **Aprovado, artigo por artigo.**

O SR. PRESIDENTE (**Fabiano Braga Côrtes**) — Sobre a mesa, requerimento de autoria do Sr. Deputado Waldyr Pugliesi, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Presidente de Angola, Dr. Agostinho Netto. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Airton Cordeiro, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Sr. Governador do Estado, em forma de sugestão, visando a criação da Secretaria de Estado da Comunicação Social. — **Rejeitado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Quielise Crisóstomo, com o apoio de diversos Srs. Deputados, constante do expediente de sessão anterior, solicitando voto de aplauso ao Sr. Presidente da República pela sanção do Projeto da Anistia. — Em votação.

O SR. **ERONDY SILVÉRIO** — Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Fabiano Braga Côrtes**) — Pela ordem, concedo a palavra ao Sr. Deputado Erondy Silvério.

O SR. **ERONDY SILVÉRIO** — Senhor Presidente. Vossa Excelência poderia, por gentileza determinar a leitura do requerimento que anteriormente fora rejeitado? Apenas a súmula.

O SR. PRESIDENTE (**Fabiano Braga Côrtes**) — A Mesa solicita ao 1.º Secretário, que proceda a leitura.

(É procedida a leitura da súmula do requerimento).

O SR. **ERONDY SILVÉRIO** — Senhor Presidente, peço verificação de votação.

O SR. **DARCY DEITOS** — Pela ordem, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Fabiano Braga Côrtes**) — Pela ordem, concedo a palavra ao Senhor Deputado.

O SR. **DARCY DEITOS** — É matéria vencida, não cabe mais verificação de votação, pois já se está em outro requerimento.

O SR. PRESIDENTE (**Fabiano Braga Côrtes**) — A Mesa lamenta informar ao nobre Deputado, mas o presente requerimento é matéria vencida.

O SR. **ERONDY SILVÉRIO** — Senhor Presidente, embora o respeito que me mereça a Mesa, Vossa Excelência tem conduzido os trabalhos desta Casa com a mais absoluta imparcialidade e isto apenas marca em favor de Vossa Excelência, o reconhecimento, principalmente em nome da bancada da ARENA.

Mas, Vossa Excelência há de convir que não há "quorum" para apreciação do requerimento.

O SR. PRESIDENTE (**Fabiano Braga Côrtes**) — A Mesa informa ao nobre Deputado, que não foi pedido verificação de votação e nem chamada nominal e a Mesa já está colocando, inclusive, em votação o requerimento seguinte.

O SR. **ERONDY SILVÉRIO** — Agradeço a Vossa Excelência, mas deixo lavrado em ata o meu protesto.

O SR. PRESIDENTE (**Fabiano Braga Côrtes**) — Em votação o requerimento de autoria do Sr. Deputado Quielise Crisóstomo. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Domício Scaramella, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Senhor Governador do Estado, em forma de apelo no sentido de que sejam efetuados estudos para a instituição do 13.º salário aos funcionários públicos estaduais. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Nilso Sguarezi, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Sr. Presidente do Tribunal de Justiça do Estado, visando a designação de Juiz titular para a direção do Fórum da Comarca de Santa Izabel do Ivaí.— **Aprovado.**— Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Nilso Sguarezi, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Conselho Interministerial de Preços, enfatizando a necessidade de imediato reajuste dos preços do trigo.— **Aprovado.**— Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Lineu Turra, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário da Educação, encarecendo a construção de duas salas de aula na Escola Estadual "Santa Cândida", nesta Capital.— **Aprovado.**— Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Waldyr Pugliesi, constante do expediente de sessão anterior, solicitando a transcrição nos Anais da Casa, da carta escrita no exílio pelo ex-governador de Pernambuco, Sr. Miguel Arrais.— **Rejeitado.**

O SR. ERONDY SILVÉRIO — (Pela ordem) — Sr. Presidente, solicito verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) — A Mesa defere e procederá a verificação de votação.

Os Srs. Deputados que aprovam o requerimento, queiram levantar-se. (Pausa).

Os Srs. Deputados que rejeitam o requerimento, queiram levantar-se. (Pausa).

15 Srs. Deputados o aprovam;

4 Srs. Deputados o rejeitam.

Não há "quorum" para prosseguimento da sessão.

Nestas condições, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para amanhã, dia 14, sexta-feira, à hora regimental, com a Ordem do Dia, já anunciada anteriormente.

Levanta-se a sessão.

ATA S:

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

9a. LEGISLATURA — 1a. SESSÃO LEGISLATIVA

ATA DA 4a. REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA

Aos vinte e oito dias do mês de agosto do ano de hum mil novecentos e setenta e nove, às dezesseis horas e trinta minutos, na Sala das Reuniões das Comissões, reuniu-se extraordinariamente a Comissão de Constituição e Justiça, conforme convocação anexa, sob a Presidência do Senhor Deputado Gilberto Carvalho e presentes os Senhores Deputados: Airton Cordeiro, Augusto Carneiro, Ezequias Losso, Fidelcino Tolentino, José Tavares, Luiz Alberto de Oliveira, Nelton Friedrich, Renato Bernardi e Waldyr Pugliesi, Deni Schwartz e demais Deputados, de acordo com a Resolução n.º 327/77. Havendo número legal, o Senhor Presidente abriu os trabalhos, sendo aprovadas as Atas das Reuniões anteriores. Nada havendo para constar da Hora do Expediente, passou-se à seguinte ORDEM DO DIA:

1).— PROJETO DE LEI N.º 60/79, do Deputado Dácio Leonel. Relator: Deputado Renato Bernardi. Parecer FAVORÁVEL. Aprovado. 2).— PROJETO DE LEI N.º 106/79, do Deputado Augusto Carneiro. Relator: Deputado Ezequias Losso. Parecer FAVORÁVEL. Aprovado. 3).— PROJETO DE LEI N.º 107/79,

do Deputado Ruben Valduga. Relator: Deputado Renato Bernardi. Parecer FAVORÁVEL. Aprovado. 4).— PROJETO DE LEI N.º 113/79, do Deputado Antônio Facci. Relator: Deputado Renato Bernardi. Parecer FAVORÁVEL. Aprovado. 5).— PROJETO DE LEI N.º 105/79, do Deputado Quielse Crisóstomo da Silva. Relator: Deputado Augusto Carneiro. Requer seja convertido em diligência junto ao Autor. Deferido. 6).— PROJETO DE LEI N.º 114/79, do Deputado Werner Wanderer. Relator: Deputado Augusto Carneiro. Requer seja convertido em diligência junto ao Autor. Deferido. 7).— PROJETO DE LEI N.º 118/79, do Deputado Werner Wanderer. Relator: Deputado Luiz Alberto de Oliveira. Parecer FAVORÁVEL. Aprovado. 8).— PROJETO DE LEI N.º 125/78, do Deputado Erondy Silvério. Relator: Deputado Ezequias Losso. Deferida vista ao Deputado Luiz Alberto de Oliveira. 9).— PROJETO DE LEI N.º 185/79, dos Deputados Fidelcino Tolentino e Luiz Gabriel Sampaio. Relator: Deputado Luiz Alberto de Oliveira. Requer seja convertido em diligência junto à Secretaria da Educação e Cultura, a fim de opinar sobre a matéria. Deferido. 10).— PROJETO DE LEI N.º 203/78, dos Deputados Fidelcino Tolentino e Accioly Neto. Anexo o Projeto de Lei n.º 78/79, do Deputado Renato Bueno, que trata do mesmo assunto. Relator: Deputado Luiz Alberto de Oliveira. Parecer FAVORÁVEL com SUBSTITUTIVO GERAL.— Aprovado. 11).— PROJETO DE LEI N.º 77/79, do Deputado Quielse Crisóstomo da Silva. Parecer CONTRÁRIO do Deputado Ezequias Losso. Aprovado. 12).— PROJETO DE LEI N.º 166/77, do Deputado Dácio Leonel. Relator: Deputado Renato Bernardi. Parecer CONTRÁRIO. Aprovado. 13).— PROJETO DE LEI N.º 173/77, do Deputado Nelson Buffara. Relator: Deputado Luiz Alberto de Oliveira. Requer seja convertido em diligência junto ao Autor. Deferido. 14).— PROPOSIÇÃO N.º 97/79, do Poder Executivo. Mensagem n.º 82/79. Relator: Deputado Luiz Alberto de Oliveira. Parecer FAVORÁVEL com Projeto de Resolução. Aprovado. 15).— PROPOSIÇÃO N.º 101/79, do Poder Executivo. Mensagem n.º 86/79. Relator: Deputado Waldyr Pugliesi. Parecer FAVORÁVEL, com Projeto de Resolução. Aprovado. 16).— PROPOSIÇÃO N.º 146/78, da Câmara Municipal de Cornélio Procopio. Relator: Deputado Waldyr Pugliesi. Deferida vista ao Deputado José Tavares. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente encerrou os trabalhos, dos quais lavrei a presente Ata que após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente, Deputado Gilberto Carvalho, pelos Senhores Deputados presentes à reunião, e por mim, Rita Soares Bertoli, Secretária de Comissão.

(aa) Deputado GILBERTO CARVALHO
PRESIDENTE

RITA SOARES BERTOLI — Secretária.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

9a. LEGISLATURA — 1a. SESSÃO LEGISLATIVA

ATA DA 11a. REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos oito dias do mês de agosto do ano de hum mil novecentos e setenta e nove, às dezessete horas na Sala de Reuniões das Comissões, reuniu-se ordinariamente a Comissão de Constituição e Justiça, sob a Presidência do Senhor Deputado Gilberto Carvalho, e presentes os Senhores Deputados: Airton Cordeiro,

Augusto Carneiro, Deni Schwartz, Ezequias Losso, José Tavares, Nilton Friedrich, Paulo Camargo, Renato Bernardi e Waldyr Pugliesi e como suplente, Werner Wanderer, bem como o Senhor Assessor, Dr. Luiz Fernando Carneiro, e demais Senhores Deputados de acordo com a Resolução n.º 327/77. Havendo número legal, o Senhor Presidente abriu a reunião, sendo aprovada a Ata da reunião anterior. Nada havendo para constar da Hora do Expediente, passou-se à Ordem do Dia: 1).— PROJETO DE LEI N.º 28/79, do Deputado Wilson Fortes. Relator: Deputado Augusto Carneiro. Parecer pelo ARQUIVAMENTO. Aprovado. 2).— PROJETO DE LEI N.º 35/79, do Deputado Werner Wanderer. Relator: Deputado Augusto Carneiro. Parecer FAVORÁVEL. Aprovado. 3).— PROJETO DE LEI N.º 80/79, do Deputado Antônio Facci. Relator: Deputado Fidelcino Tolentino. Voto em separada do Deputado Paulo Camargo. Deferida vista ao Deputado Augusto Carneiro.— 4).— PROJETO DE LEI N.º 81/79, do Deputado Gabriel Manoel. Relator: Deputado José Tavares. Parecer FAVORÁVEL. Aprovado. 5).— PROJETO DE LEI N.º 84/79, do Deputado Fabiano Braga Côrtes. Relator: Deputado Deni Schwartz. Parecer FAVORÁVEL. Aprovado. 6).— PROJETO DE LEI N.º 89/79, do Deputado Ezequias Losso. Relator: Deputado Nelson Friedrich. Parecer FAVORÁVEL. Aprovado. 7).— PROJETO DE LEI N.º 90/79, do Deputado Fabiano Braga Côrtes. Relator: Deputado Nilton Friedrich. Parecer FAVORÁVEL. Aprovado. 8).— PROJETO DE LEI N.º 93/79, do Poder Executivo. Mensagem n.º 68/79. Relator: Deputado Augusto Carneiro. Parecer FAVORÁVEL. Aprovado. 9).— PROJETO DE LEI N.º 94/79, do Deputado David Federmann. Relator: Deputado Nilton Friedrich. Parecer FAVORÁVEL. Aprovado. 10).— PROJETO DE LEI N.º 97/79, do Poder Executivo. Mensagem n.º 73/79. Relator: Deputado João Elísio. Parecer FAVORÁVEL. Aprovado. 11).— PROJETO DE LEI N.º 98/79, do Poder Executivo. Mensagem n.º 77/79. Relator: Deputado Paulo Camargo. Parecer FAVORÁVEL. Aprovado. 12).— PROJETO DE LEI N.º 99/79, do Deputado Erondy Silvério. Relator: Deputado Paulo Camargo. Parecer FAVORÁVEL. Aprovado. 13).— PROJETO DE LEI N.º 100/79, do Deputado Erondy Silvério. Relator: Deputado Paulo Camargo. Parecer

FAVORÁVEL. Aprovado. 14).— PROJETO DE LEI N.º 103/79, do Deputado Luiz Alberto de Oliveira. Relator: Deputado Paulo Camargo. Requer seja convertido em diligência junto ao município. Deferido. 15).— PROJETO DE LEI N.º 108/79, do Poder Executivo. Mensagem n.º 78/79. Relator: Deputado João Elísio. Parecer FAVORÁVEL. Aprovado. 16).— PROJETO DE LEI N.º 158/77, do Deputado Antônio Facci. Relator: Deputado Luiz Alberto de Oliveira. Voto em separado do Deputado Ezequias Losso. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Relator. Aprovado. Votos vencidos dos Senhores Deputados Ezequias Losso e Augusto Carneiro. 17).— PROPOSIÇÃO N.º 84/79, do Poder Executivo. Mensagem n.º 69/79. Relator: Deputado Augusto Carneiro. Parecer FAVORÁVEL com projeto de resolução. Aprovado. 18).— PROPOSIÇÃO N.º 85/79, do Poder Executivo. Mensagem n.º 70/79. Relator: Deputado Augusto Carneiro. Parecer FAVORÁVEL com projeto de resolução. Aprovado. 19).— PROPOSIÇÃO N.º 88/79, do Poder Executivo. Mensagem n.º 75/79. Relator: Deputado José Tavares. Parecer FAVORÁVEL com projeto de resolução. Aprovado. 20).— O Senhor Deputado Paulo Camargo apresentou Parecer FAVORÁVEL à apreciação pelo Plenário, das PROPOSIÇÕES N.ºs 90/79 e 91/79, referentes a vetos do Poder Executivo. Aprovados. 22).— O Senhor Deputado Renato Bernardi apresentou Parecer FAVORÁVEL à apreciação pelo Plenário da PROPOSIÇÃO N.º 92/79, referente a veto do Poder Executivo. Aprovado. O Senhor Presidente solicita aos Senhores Deputados desta Comissão que compareçam na Sala de Reuniões às quartas-feiras, logo após o término da Sessão Plenária e sugere reunião extraordinária com dirigentes de Associações de Classe a fim de debater o projeto de lei que dispõe sobre os professores suplementaristas. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente encerrou a reunião, da qual, para constar e produzir os efeitos legais, lavrei a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente, pelos Senhores Deputados e por mim, Rita Soares Bertoli, Secretária da Comissão.

(aa) GILBERTO CARVALHO
PRESIDENTE
RITA SOARES BERTOLI
Secretária